

CRISTIANISMO: DA ORIGEM ATÉ SUA CONSOLIDAÇÃO NO IMPÉRIO ROMANO

Renato DOMICIANO¹
Prof^a. MSc. Dinamene G. Godinho Santos

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo discorrer sobre a mitificação ao redor da figura de Jesus Cristo, que de um simples carpinteiro passou a ser tido como o messias tão aguardado para aqueles que o aceitaram como tal. E que, através destes seguidores foi ele, “Jesus”, a inspiração para o nascimento de uma nova seita, o cristianismo em seus primórdios. E mesmo após sua passagem terrena, os seus prosélitos se espalharam, transformando a nova seita em religião que, fundamentada nele, “Jesus”, de marginalizada e perseguida pelo Estado romano, acabou fundindo-se com o mesmo. Busca, também, elucidar como foi o processo de conquista do território romano por parte de povos, que eles, os romanos, denominavam bárbaros, e a forma com que a já enfraquecida Roma, política, econômica e militarmente, sucumbiu mediante essas invasões. Mostra que, mesmo com a queda do Império Romano, a vertente cristã arraigou-se no coração da Europa, semente essa plantada em seus invasores, paulatinamente, durante o esfacelamento do próprio Império. O que acabou contribuindo para a criação de uma vertente cristã europeia que se tornou fundamental na formação da estrutura feudal que viria a se constituir, posteriormente, em toda Europa.

Palavras-chave

Roma, Jesus, Cristianismo

1. Introdução

A Igreja cristã, ainda hoje, nas suas variadas tendências, exerce forte influência sobre grande parte da população mundial. Esse poder é fruto da longa trajetória trilhada pelo cristianismo no decorrer de mais de vinte séculos.

¹ Graduando em História pelas Faculdades Integradas Regionais de Avaré, e-mail: renato.iracimanu@gmail.co.

Para que se possa compreender o magnetismo produzido por essa religião sobre as pessoas e, conseqüentemente, sua longevidade, faz-se necessário conhecer sua origem, no contexto específico do seu surgimento, assim como o histórico de sua construção enquanto religião.

A análise dessa trajetória busca entender como o mundo e suas revoluções, ou mesmo a riqueza de movimentos intelectuais como o Iluminismo, que prezava a razão científica, não conseguiram aniquilar ou amenizar no consciente coletivo a visão cristocêntrica com todos os dogmas religiosos que se originaram em torno da formatação dessa teologia.

O cristianismo é uma religião de historiadores. Outros sistemas religiosos puderam fundar suas crenças e seus ritos em mitologia mais ou menos exterior ao tempo humano. Por livros sagrados, têm os cristãos livros de história, e suas liturgias comemoram, com os episódios da vida terrestre de um Deus, os fatos da Igreja e dos santos. O cristianismo é, além disso, histórico em outro sentido, quiçá mais profundo: situado entre a Queda e o Juízo final, o destino da humanidade representa, a seus olhos, uma larga aventura, da qual cada destino, cada “peregrinação” individual, oferece, por sua vez, o reflexo; na duração, e, portanto, na história, eixo central de toda a meditação cristã, se desenrola o grande drama do pecado e da redenção. (GIORDANI, 1968, p. 308)

Nesse sentido, o propósito dessa pesquisa é buscar elementos da construção da religião cristã nos seus primórdios e perpassar seus caminhos, no intuito de compreender como a religião cristã sobreviveu às metamorfoses sociais, guerras e conflitos étnicos ocorridos em seus primeiros séculos, conquistando sua hegemonia no medievo europeu.

Na busca de responder aos questionamentos levantados, a proposta desta pesquisa é analisar como o cristianismo passou de uma seita de escravos e marginalizados pelo Império Romano a uma das maiores religiões já conhecidas. E, mesmo com toda perseguição e atrocidades impostas por Roma, continuou a influenciar de forma lenta e gradativa, porém persistentemente até ser aceita e incorporada ao próprio Estado Romano.

Para tanto, esta pesquisa analisará a constituição histórica de Roma, de seus primórdios até a fase de Império, visando situar a importância da questão religiosa em sua formação. Buscará, também, conhecer os caminhos trilhados pelo cristianismo no interior de Roma, analisando as particularidades de sua doutrina que a levou a conquistar a posição de religião oficial no Império Romano e a chegar à hegemonia durante a Idade Média.

2. Roma: a construção de um Império

Situada na região central da Península Itálica, no século VIII antes da era cristã, Roma teve influência de diferentes povos em sua construção como os etruscos, úmbrios, latinos, sabinos, samnitas e gregos, nasceu como uma pequena aldeia tornando-se um dos maiores impérios da antiguidade. Sua fundação é envolta em lendas como a de Rômulo e Remo, descendentes de um herói grego, fundada por volta de 1400 a.C.. Remo foi o primeiro a receber um sinal, com a visão de seis aves de rapina. Acabava de chamar a atenção para o fato quando Rômulo viu o dobro, e cada qual foi proclamado rei pelos seus partidários, Remo reclamava o trono baseando-se na prioridade, Rômulo no maior número de aves, mas na verdade Roma surgiu da junção de sete pequenas aldeias de pastores sabinos e latinos.

A alteração levou-os à luta, e a fúria acarretou o derramamento de sangue, Remo perdeu a vida na luta. Por outro lado, segundo a tradição mais popular, Remo para ludibriar o irmão, passara de um salto as paredes (muralhas) recém construídas da cidade, e Rômulo, furioso, matou-o acrescentando: “Assim morrerá todo aquele que ousar transpor as nossas muralhas”. Foi assim que ficou o poder nas mãos de Rômulo e depois da sua fundação a cidade tomou o nome do fundador. (BLOCH,1971, p. 46)

Roma passou então a ser uma monarquia, tendo o poder do seu rei limitado pelo Senado e a Assembleia Curiata.

Segundo a historiografia, em seu período Monárquico, Roma teve sete reis: Rômulo, Numa Pompílio, Tulio Hostílio, Anco Márcio, Tarquínio Prisco, Sêrvio Túlio, e Tarquínio o Soberbo, com duração de aproximadamente 243 anos.

A sociedade romana era formada por quatro classes: os patrícios, classe dominante formada por nobres descendentes dos clãs originais; os clientes, classe formada por estrangeiros, e refugiados pobres, que vivam sob a proteção dos patrícios e em troca prestavam-lhe serviço dos mais diversos, até se dispor em questões militares; os plebeus, comerciantes, camponeses e artesãos; e os escravos, pessoas presas em guerras, ou romanos endividados. Sendo uma comunidade agropastoril, os patrícios eram os senhores das terras, reuniam-se em torno da liderança de um mesmo chefe familiar e cultuavam antepassados em comum. (CARDOSO, 1978)

A queda da monarquia romana iniciou-se quando o filho de Tarquínio o Soberbo, violentou a filha de um importante membro patrício, sendo esse episódio

usado como desculpa para a deposição do rei, já que o mesmo não agradava a elite econômica por conceder benefícios à população pobre.

Depois da queda da monarquia para conter a pressão deste grupo social, convertido em plebe, os clãs patrícios empregavam todos os recursos que podiam extrair de sua organização gentilícia: a coesão própria desta estrutura seus cultos particulares, o poder econômico conferido por suas terras e clientes, o conhecimento das fórmulas jurídicas aliadas aos procedimentos de caráter ritual e o controle do senado. Este órgão por sua preeminência fundamentada no prestígio sócio – econômico e político e na competência moral dos seus membros era a expressão da sociedade patrícia em que dominavam os chefes das famílias mais poderosas. Assim a soberania patrícia mantinha os plebeus num estado de inferioridade e inquietação permanentes, ainda mais aguda diante dos problemas que conturbavam Roma ao longo do século V e início do século VI. (MENDES, 1988, p. 14)

Com a queda de Tarquínio, os patriarcas formaram um colegiado de magistrados, presididos por um pretor, nascendo assim a República, essa deu para os romanos a garantia da liberdade do cidadão, mas somente os “verdadeiros” cidadãos romanos gozavam de todos os direitos civis e políticos, entendidos como liberdade republicana.

Com a formação de uma hierarquia bem organizada e o emprego de armas eficientes transformam o exército romano em uma máquina de conquistas, enriquecendo Roma, esse crescimento econômico e territorial deu-se graças aos militares, que muitas vezes tinham uma autoridade maior do que representantes do governo, que acabam desenvolvendo disputas entre si, marcando o fim do Regime Republicano e dando início ao Primeiro Triunvirato, que foi uma união entre três de seus grandes generais, Júlio César, Crasso e Pompeu, no ano 60 a.C.. Este novo sistema de governo funcionava informalmente e não tinha nenhum registro nem validade jurídica. (CARCOPINO, 1990)

Com sua força política e militar as conquistas romanas abrangeram grande expansão territorial nesse período. As guerras por territórios e disputas comerciais geravam lucros ao Estado romano, como também forneciam muitos prisioneiros, utilizados como escravos para trabalhos de mão de obra, porém essas guerras eram longas e inviabilizavam a participação dos trabalhadores do campo. Então o exército passou a contar não apenas com os soldados romanos, mas também com os que não eram, o poder dos generais se tornou tão evidente que os soldados acabaram sendo mais leais a eles, do que ao Estado romano em si. (CARDOSO, 1978)

Assim, os generais foram conquistando cada vez mais poderes, o que ocasionou disputas entre eles pelo poder central, levando Roma a enfrentar várias guerras civis. Dando destaque ao general Júlio César, conquistador de uma porção significativa de terras, fazendo alianças importantes com as lideranças militares e econômicas, na intenção de conquistar adeptos entre os admiradores de Pompeu e Crasso.

Júlio César sagrou-se vencedor tornando-se um ditador, porém, com sua morte em 44 a.C., teve início o Segundo Triunvirato, formado por Otávio, Emílio Lépido e Marco Antônio, tendo como objetivo combater os assassinos de Júlio César, morto por um grupo de senadores. (BALSDON, 1965)

A divisão de poderes dentro do governo gerou disputas entre o trio, sendo Lépido o primeiro a tentar tomar o poder para si em uma tentativa fracassada. O conflito, então, ficou concentrado entre Otávio e Marco Antônio, tendo seu desenlace na batalha de Actium, quando Marco Antônio contou com a ajuda de Cleópatra e Otávio com Marcos Agripa. Otávio saiu vitorioso, marcando assim o fim do Segundo Triunvirato e o início do Império Romano. (BALSDON, 1965)

O Império Romano contava com aproximadamente 6 milhões de habitantes.

Roma tornou-se uma das mais fortes potências do mundo civilizado sua força militar era considerável a de qualquer dos impérios que então mantinham o equilíbrio de poderes no Oriente mais considerável não tanto em números, mas em solidariedade, organização e capacidade dos soldados. As tropas de outros países servindo por dinheiro e alistada a força entre a população nativa, ela podia opor um exército bem treinado e numeroso composto de cidadãos e aliados, que lutava não por dinheiro ou força, mas pela decisão voluntária de todo corpo de cidadãos romanos. (ROSTOVTZEFF, 1967, p. 56)

Otávio tinha grandes habilidades políticas, seu governo foi marcado por uma grande estabilidade política, com paz e economia em alta. A agricultura passou por grande desenvolvimento, a prosperidade iniciada por Otávio ficou conhecida como a Pax Romana, com duração de aproximadamente duzentos anos.

2.1 A religião romana

A religião romana era formada por diversos cultos diferenciados. As crenças de vários povos foram incorporadas aos costumes tradicionais para adaptá-los às necessidades dos povos recém conquistados.

Os romanos eram politeístas, o Estado romano propagava uma religião oficial na qual prestavam culto principalmente aos deuses gregos, porém, com outros nomes. Para honrar esses deuses eram realizadas várias cerimônias como festas e jogos, em que os cidadãos romanos buscavam proteção para seus lares.

Havia cultos familiares realizados pelo *páter- familias*, e o culto público organizado pelo Estado, através de funcionários, com o objetivo de agradar aos deuses. Com a expansão territorial de Roma, deuses de várias outras civilizações também foram adotados pelos romanos.

Note-se que a religião cuja restauração Augusto visava não era evidentemente, a religião primitiva dos primeiros tempos de Roma, mas sim a religião nacional que se construía, aos poucos, a partir do século V e, com crenças e práticas primitivas misturava novos elementos principalmente helênicos. O panteão greco-romano tornou-se o panteão nacional. (GIORNDANI, 1968, p. 303)

3. Origem do cristianismo

No período final da Idade Antiga, a gloriosa civilização romana atingiu seu ápice em várias regiões.

Concomitantemente, na região da Palestina, que desde aproximadamente 722 a.C. já vinha sendo governada por nações estrangeiras, e, a partir de 63 d.C. esse domínio passou a ser exercido pelos romanos, quando Pompeu conquistou toda a região, tornando-a uma província semiautônoma, pois as autoridades locais foram mantidas, mas, nem por isso Roma deixou de exercer forte controle sobre a região, nutrindo a riqueza de seu império através da cobrança de impostos das províncias que estavam sob o seu controle, com a Palestina não foi diferente.

“Nesse período a Palestina dividia-se em províncias; Judéia, Galiléia, Samaria, entre outras. Tudo era domínio romano. No mundo antigo e politeísta, onde a crueldade, a tirania e a violência eram comuns.” (BECKER, 1978, p. 209)

Apesar de toda tirania recorrente nesse período, ainda havia um princípio organizacional dentro da província e isso figurava no seu principal órgão político, o Sinédrio, que funcionava como uma espécie de Senado encarregado pelo cumprimento da lei e da ordem.

Na Judéia, grupos políticos antagônicos se digladiavam. De um lado os sacerdotes judeus e a aristocracia conhecidos como fariseus, voltados aos estudos da

Torá, á qual se submetiam aos romanos pois obtinham vantagens comerciais e mantinham o monopólio religioso, do outro, os essênios, pregadores da vinda do messias, sendo governados por Otávio.

Nascia nesse contexto o cristianismo, fundada por Jesus de Nazaré, no século I, diferenciando-se das outras religiões abraâmicas ao afirmar que Jesus Cristo é filho de Deus, “O Messias”, fazendo lembrar de uma milenar tradição israelita, que reafirma a esperança do povo eleito em um enviado e ungido de Deus, vindo a se tornar uma das maiores religiões, passando de uma seita judaica para uma religião com enorme expansão em todo mundo antigo.

3.1 Jesus Cristo

Não há muitas fontes históricas sobre a infância e adolescência de Jesus, somente sobre o seu nascimento, que diz que foi concebido pelo Espírito Santo e pela virgem Maria, nascido em uma manjedoura na cidade de Belém, citados no novo testamento por Mateus e Lucas. Somente ganhando destaque após o seu batismo nas águas do rio Jordão por João Batista, que Jesus ficou conhecido, para os cristãos, ele seria o messias tão aguardado pelos judeus.

Nenhum outro a não ser o Cristo homem- Deus viveu, desde o começo do cristianismo, nos corações crentes... Somente ele fundou as comunidades e fez nascer seus símbolos e os seus livros sagrados, somente ele deu o impulso decisivo e a orientação definitiva a todos os movimentos internos do cristianismo, ás suas lutas, ás suas divisões e suas reformas, ao seu culto e a sua liturgia, a sua ciência e a sua Arte. Somente ele se mostra objetivamente na história e pela história. Ele é o Cristo da história. (GIORDANI, 1968, p. 315)

Para os cristãos, Jesus Cristo veio a terra como o homem, para passar por todas as proações humanas, tornando-se divino após sua morte e ressurreição, pois, a ressurreição prova sua divindade e o que difere o homem de Deus é a sua imortalidade. Sendo assim, a divindade de Cristo foi admitida como fato indiscutível pelos primeiros cristãos, tendo essa crença ressaltada pelas suas próprias palavras, em inúmeras passagens relatadas onde o próprio declarou e se atribuiu os poderes do pai: “Eu e o pai somos um”

A significância histórica de Cristo se revela na atribuição de um novo valor à personalidade humana. Os gregos insistiram na dignidade da personalidade humana porque o homem era um ser racional, mas a Igreja insiste em que a personalidade humana tem dignidade porque o homem é potencialmente, ou realmente, um filho de Deus, através da fé em Cristo. A

concepção cristã teve como consequência a humanização da vida. (CAIRNS, 2008, p. 47)

Seu ideal ficou conhecido com o Sermão da Montanha, em que seus pensamentos foram apresentados. Cristo defendia que os homens eram iguais, pregava o perdão e o amor ao próximo, mas por ser um carpinteiro humilde as autoridades religiosas não o aceitaram. Isso fomentou dentro da religião judaica a ideia de colocar Jesus e seus seguidores como subversivos da sociedade e da própria religião, pois o mesmo atribuía a si adjetivação maior que a de seus patriarcas hebreus e incitava seus seguidores a não se curvarem ao panteão romano, tão pouco a figura máxima César. “A promessa do favor divino, em vez de confinar-se facciosamente à posteridade de Abraão, estendeu-se universalmente ao liberto e ao escravo, ao grego e ao bárbaro, ao judeu e ao gentio.” (GIBBON, 2012, p.8)

Consideraram-no um criminoso e o enquadraram na lei religiosa e um rebelde político, por criticar diversos pontos da antiga lei mosaica, condenando-o à crucificação, pena dada pelos romanos na época.

Cabe dizer que os primeiros convertidos eram em sua maioria pessoas tidas como excluídas da sociedade ou marginalizadas tanto pelos judeus, quanto pelo próprio Império Romano. Essas pessoas viam em suas mensagens a condição de um recomeço no modo de viver e a promessa de paraíso após suas mortes. “O cristianismo, que com seu proselitismo, aos poucos foi conquistando multidões, e após vencer barreiras de uma aguda resistência, acabou se sobressaindo no século IV, em todo mundo romano.” (BECKER, 1978, p. 209)

Após a sua morte, seus seguidores, conhecidos como apóstolos, começaram a pregar seus ensinamentos oralmente. Os livros do novo testamento, Ato dos apóstolos e epístolas aos Gálatas registraram que a primeira comunidade da igreja cristã se situava em Jerusalém e seus líderes eram Pedro, Tiago e João. Os primeiros cristãos eram os judeus cristãos como citam os historiadores.

3.2 A expansão da fé cristã no Império Romano

No final do século I, o cristianismo passou a ser reconhecido como uma religião separada do judaísmo, tendo como regra a fé e a prática dos ensinamentos da bíblia judaica e do antigo testamento. Nesse período se desenvolveu o canôn do novo testamento através das cartas de Paulo, os quatro evangelhos e outras obras de seus

seguidores, que ficou reconhecida como escrituras sagradas, criando uma teologia baseada na fé e justificada pela graça.

O cristianismo emanou das revelações apocalípticas ou esotéricas do advento do reino de Deus; saiu da impetuosa personalidade de Cristo; ganhou força com a fé em sua ressurreição e a promessa de vida eterna; recebeu forma doutrinal na teologia de Paulo; cresceu com absorção da fé e dos ritos pagãos; e tornou-se igreja vitoriosa com a herança da organização e do gênio de Roma. (DURANT, 1957, p. 259)

A propagação do cristianismo no Império Romano se deu através do apóstolo Paulo que transformou o Cristianismo primitivo em uma liga de sociedades bem organizadas, partindo dos ensinamentos de Jesus, preparando tudo para que a nova religião se tornasse uma missão universal, baseada na teologia moral e escatologia cristã, tornando o Espírito Santo mediador da obra e redenção dos homens, a pentecoste, tornando-se mediador da obra de redenção da humanidade.

O proselitismo judaico preparou o caminho para a expansão do cristianismo, o apóstolo Paulo mostra que seu esforço se concentrou primeiramente sobre os judeus, depois sobre os tementes a Deus, que viviam em torno dos judeus e enfim os pagãos.

Ao lado da helenização, a romanização desempenhou também papel importante na difusão do evangelho. A unificação política, que se estendeu desde o litoral até as regiões distantes, facilitou, sobremaneira, a difusão cristã, as estradas através das quais se locomoviam as legiões, garantias da pax romana, possibilitaram também o acesso dos arautos do evangelho além dos mesmos dos confins do império. (GIORDANI 1968, p. 324)

O crescimento do cristianismo se deu de forma espantosa pela importância da colônia judaica, tanto que em 19 d.C. Tibério teve que reprimi-la, e a mesma expandiu-se para a Sardenha. Foi com ela que o cristianismo de Jerusalém, penetrou em Roma, gerando conflitos entre os defensores da antiga lei e os adeptos da nova fé. Seduzindo um número expressivo de romanos com o seu monoteísmo.

Judeus de todas as partes do mundo mediterrâneo estavam em Jerusalém para ver a festa de pentecoste na época da fundação da igreja (ATOS 2.5-11). A manifestação sobrenatural do poder divino através do falar em línguas, que ocorreu relacionada com a origem da igreja vinda do Espírito Santo, permitiu que as maravilhosas obras de Deus fossem proclamadas. (CAIRNS, 2008, p. 49)

Pedro viu ali uma oportunidade para fazer sermão, proclamando a natureza messiânica e a graça salvadora de Cristo. O sermão de Pedro, primeiro pregado

por um apóstolo, falava sobre o antigo testamento e o anuncio do messias sofredor, propondo então, que cristo era esse messias que havia sido ressuscitado por Deus e assim sendo o único a trazer a salvação àqueles que o aceitassem pela fé. O Cristo crucificado e ressuscitado era o tema da pregação tanto para os judeus como para os gentios.

Nesse dia ao menos três mil pessoas aceitavam a palavra e foram batizadas. Com o crescimento rápido logo chegou a cinco mil o número de batizados, isso não passou despercebido à oposição, as autoridades eclesiásticas da época perceberam a ameaça que o cristianismo representava a eles como sacerdotes da lei.

A perseguição veio primeiro do organismo religioso, o Sinédrio, mais tarde, político, quando Heródes matou Tiago e prendeu Pedro, essa perseguição deu ao cristianismo seu primeiro mártir, Estevão, morto por apedrejamento por não negar a sua fé. E apedrejavam Estevão, que invocava e dizia: Senhor Jesus, recebe o meu espírito! (ATOS 7, 59)

Durante duzentos e cinqüenta anos, os cristãos sempre estiveram sujeitos á prisão e a morte, embora a ação contra eles dependesse em grande parte, do zelo dos governadores locais e dos delatores. Oficialmente, o nome de cristão bastava para condena-los. A razão para a atitude do Estado era simples. O imperador romano, como o moderno ditador, era supremo no poder. O próprio Estado era considerado um deus e adorava-se a deusa Roma. O mesmo acontecia com a pessoa do imperador. Qualquer cidadão que não prestar essa homenagem a Roma e ao imperador deixava de cumprir um dever cívico. A lealdade de tal cidadão era suspeita e, se sua culpa fosse, provada, era condenado à morte como perigoso para o Estado. Isso explicará por que, à parte os loucos como Nero e Domiciano, os piores perseguidores dos cristãos sempre foram os melhores imperadores. (ALBION, 1969, p. 193)

Não há como fazer uma estimativa aproximada do número dos que morreram pela fé. Segundo Tertuliano: “Atormentem-nos, torturem-nos, crucifiquem-nos; na proporção que somos exterminados, aumentamos; o sangue do cristão é uma semente” (ALBION, 1969, p. 195)

O valor que os cristãos davam ao martírio era tão grande, que não se conhece caso algum de apelo contra sua sentença.

O caminho para a aceitação do cristianismo foi longo, embora Pedro tivesse se esforçado muito, foi Paulo que entendeu o caráter universal do cristianismo e levou a pregação do mesmo até os confins do Império Romano.

O cristianismo, com suas mensagens de salvação, imortalidade e caridade, ressoou nas almas dos romanos, desde ao mais pobre aos mais ricos, que já

estavam decepcionados com os deuses greco-romanos, que não superavam a caridade cristã pregada com tanta ênfase por São Paulo.

É curioso notar que, durante dois e meio séculos de perseguição, os cristãos mantiveram uma atitude de firmeza pacífica enfrentando, corajosamente, a oposição do poder, o desprezo, a calúnia e o fanatismo violento das massas. Jamais pensaram em qualquer resistência armada contra a autoridade, mesmo quando, por seu número e pelas diversas posições sociais, administrativas e até militares ocupadas, poderiam ter, pelo menos, ensaiado qualquer reação. Os cristãos “deixaram-se, durante dois séculos e meio, dizimas serenamente em nome das leis, estendendo o pescoço à espada, subindo as fogueiras, descendo ao inferno das minas, provocando o espanto, depois a admiração, dos pagãos, entre os quais este heroísmo indefinido e tranqüilo acabou por provocar conversões”. (GIORDANI, 1968, p. 347)

As mensagens do cristianismo e o seu caráter de acolher todos perante um único Deus, constituiu certa superioridade moral sobre as demais religiões, também uma união e resistência às perseguições.

Uma figura que se destacou na propagação do cristianismo foi Constantino Magno, famoso pela sua tolerância religiosa, o mesmo promulgou o famoso Édito de Milão em 313, pondo fim às perseguições. A mesma dizia: “Para os cristãos e para todos, a liberdade de adotar qualquer modo de culto que preferirem”. Usando o lema : “Um Deus no céu, um imperador na terra”. (ALBION, 1969, p. 199)

A união entre o Estado e a religião, se fazia oportuna naquela ocasião, pois o império estava dando sinais de seu enfraquecimento, passando por crises econômicas, sucessivos golpes, assassinatos contra imperadores, e invasões bárbaras.

Essa tolerância em relação à perseguição aos cristãos deu à Igreja liberdade de ação e de palavra, os líderes podiam se reunir e debater seus problemas e ensinamentos, tornando-se um dever da Igreja passar para o maior número de pessoas os ensinamentos de Jesus Cristo, quando a Igreja, sob a orientação dos papas, realizou uma série de concílios ecumênicos separando o erro da verdade.

O primeiro concílio foi realizado na cidade de Nicéia e ficou conhecido por esse nome em 325 d.C, por sugestão do imperador Constantino, para que se resolvessem questões relacionadas às formulações de credos e resolvessem conflitos, nesse período, estabeleceram os principais dogmas da Igreja cristã.

Pode-se indagar por que a controvérsia sobre problemas teológicos ocorreu tão tarde na história da Igreja antiga; o fato é que, nos tempos da perseguição, a submissão a Cristo e a bíblia era mais importante do que o significado de certas doutrinas. A ameaça do Estado levou a Igreja à unidade interna a fim de se apresentar coesa na luta. Desse modo, então, a tentativa

de Constantino de unificar o Império para salvar a civilização clássica significou que a Igreja precisava ter um corpo unificado de doutrinas se quisesse ser o cimento capaz de manter unido o corpo político. Um Império precisa de um dogma. (CAIRNS, 2008, p. 111)

O concílio foi presidido por Constantino, houve sete concílios no total, que representaram a Igreja Cristã toda, em busca de solução para os problemas teológicos que preocupavam a Igreja e conseqüentemente o Império.

O último concílio, foi o último aceito por toda a Igreja oriental e ocidental, onde ficou decidido, através do Papa Adriano I, que, embora a adoração seja devida somente a Deus, poderia ser prestada também à imagem da cruz, de Maria Imaculada e também aos anjos e santos.

4. O crescimento do cristianismo no início da Idade Média

No tempo em que a doutrina cristã estava sendo definida no Oriente, a conversão no Ocidente andava a passos lentos, pois enfrentavam as invasões dos bárbaros, povos germânicos que habitavam a região leste das fronteiras do Império, recebiam esse nome por não serem romanos, não significava que eram selvagens ou incivilizados.

Já separadas do Oriente, as províncias ocidentais do Império romano menos ricas, pior governadas, enfraquecidas pelas questões sociais e as dificuldades econômicas, abandonadas doravante a seus próprios recursos e às suas próprias defesas, sofrem, ao longo de todo século V, os repetidos assaltos bárbaros vindos do leste e do norte. O choque contínuo, por vezes dramático, entre os povos romanos e os novos invasores provoca o que se chama a desintegração do Império romano. Esta desintegração, de fato, é somente um longo período de adaptação a novos equilíbrios étnicos e a outras estruturas políticas e sociais. (HEERS, 1981, p.11)

Desde a época de César se tinha conhecimento desses povos, eles e os romanos mantinham contato, muitos chegaram a ocupar cargos militares e administrativos no final do Império do Ocidente.

Porém, as invasões dos povos bárbaros se intensificaram, em função da pressão que os mesmos sofriam devido ao ataque de outros povos como os hunos, que saqueavam e devastavam as tribos que encontravam no caminho, forçando os bárbaros adentrarem as fronteiras romanas.

Os principais povos que invadiram o Império foram os hunos, os vândalos, os visigodos, os ostrogodos, os francos, os lombardos e os anglo-saxões. Em 476, Odoacro, rei dos Hérulos, invadiu Roma e destronou o último Imperador Rômulo

Augusto, Odoacro também mandou as insígnias imperiais a capital do Império Romano do Oriente, Constantinopla, avisando-os sobre o fim do Império do Ocidente.

Uma revolta do exército comandada por Odoacro, aprisionou e decapitou Orestes e depôs Rômulo Augústulo. [...] No início de 477, o imperador do Oriente, Zenão, recebia uma embaixada ocidental com uma carta de Odoacro solicitando o título de patrício e anunciando a remessa dos ornamentos imperiais de Ravena. (GIORDANI, 1970, p.38)

A população amedrontada abandonou as cidades e se instalou nas zonas rurais em busca de proteção, desintegrando assim a área urbana do Império, iniciando o processo de configuração política que iria caracterizar a sociedade medieval, porém essa ruptura política não significou o fim da tradição romana, que foi assimilada pelos povos germânicos, reconfigurando o mundo europeu ocidental.

No antigo território romano, o reino mais conhecido foi o dos Francos, possuindo duas importantes dinastias; os merovíngios e os carolíngios, sendo Clóvis o primeiro rei merovíngio a se converter ao cristianismo, lhe garantindo o apoio da Igreja e a unificação do reino franco, fortalecendo o cristianismo, que passou de religião perseguida no antigo sistema político para a religião mais importante do ocidente.

O chefe franco, Clóvis, já casado com uma cristã, Clotilde, defendeu o cristianismo, em grande parte, diga-se de passagem, por motivos políticos. Mas ele próprio foi batizado em 496, pelo bispo São Remígio (Remj). (que deu o nome da cidade de Reims). Esse acontecimento foi da maior importância. De acordo com os costumes tribais dos francos, os capitães de Clóvis tornaram-se cristãos com ele a Gália, agora a terra dos francos, era oficialmente católica. A França se tornaria conhecida como a filha primogênita da Igreja. (ALBION, 1969, p. 210)

Quer essas conversões fossem ou não verdadeiras, esse fato teve efeitos duradouros na história do cristianismo.

Todos os francos da Gália estavam agora convertidos ao cristianismo, essa região tornou-se uma base de onde os missionários saíam para outros lugares para evangelizar. Em 590, a Igreja não havia só se libertado do Império Romano, mas também se tornou parte dele, dando sua contribuição ao converter ao cristianismo os invasores teutões, nesse processo muitos pagãos trouxeram para a Igreja velhos costumes e crenças, o antigo culto aos heróis ou deuses greco-romanos foram substituídos pelo culto aos santos, muitas práticas ruralistas pagãs encontraram uma porta aberta na Igreja, que teve que se adequar a tais práticas para assim conseguir mais convertidos. (NEEDLEMAN, 1972)

A influência de Constantinopla no Império do ocidente declinou até quase não existir, em 800 surge um novo império na Europa, o Sacro Império Romano Germânico, liderado por Carlo Magno, coroado no dia de natal em Roma, pelo Papa Leão III, formando assim a primeira associação clara entre a Igreja e o Estado, esta associação dura séculos, permitindo aos religiosos a expansão quase que global do cristianismo e aos reis, a justificação do seu poder.

A cristianização dos povos bárbaros foi um processo demorado, porém, seguro, diferente do que acontecia no oriente, marcando uma nova fase, onde surgem novas formas de organização, iniciando assim o feudalismo.

Com o passar do tempo, a Igreja Católica estruturou seu poder sobre o mundo feudal. Na maior parte do continente europeu a vida das pessoas era determinada pelos ensinamentos da Igreja Católica Apostólica Romana. O papado vai, aos poucos, expandindo sua crença, e formando uma hierarquia cada vez mais complexa e organizada, a Igreja assume o controle da educação e ganha espaço e força no ambiente político. Suas ações marcaram de maneira profunda a cultura da Idade Média, tanto do ponto de vista material quanto espiritual.

5. Conclusão

O presente trabalho teve por objetivo mostrar a trajetória do que começou como uma seita na região da Palestina, no período em que ela era uma colônia romana, e, baseando-se na adoração de um único Deus, e em seu representante messiânico Jesus, deu origem à base da religião cristã primitiva, que aos poucos galgou espaço no senso comum daquela região.

Isso nos leva a concluir que, o cristianismo em sua forma simples e direta, com mensagens altruístas, conseguiu sobrepor-se ao Panteão Greco-romano, e mesmo, durante mais de três séculos, sofrendo aguda resistência de Roma, de forma pacífica e resiliente foi aos poucos sagrando-se como a principal religião do império. Concluimos que, mesmo após a falência do Estado romano no Ocidente, os fragmentos cristãos deixados em seus invasores, germinou, dando origem à uma vertente religiosa cristã ao molde Europeu, na nova formatação que se constituiu naquela região, no período ao qual chamamos Idade Média.

6. Referências Bibliográficas

- ALBION, G. **A História da Igreja**. Rio de Janeiro: Renes, 1969.
- BALSDON, J.P.V.D. **O Mundo Romano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- BECKER, I. **Pequena História da Civilização Ocidental**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- BLOCH, L. **Lutas sociais na antiga Roma**. Lisboa: Europa- América, 1971.
- CAIRNS, E. E. **O Cristianismo através dos séculos**. São Paulo: Nova, 2008.
- CARCOPINO, J. **Roma no Apogeu do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990,
- CARDOSO, C. F. **A Cidade-Estado Antiga**. São Paulo: Ática, 1978.
- DURANT, W. **História da civilização**. Vol.2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- GIBBON, E. **Os cristãos e a queda de Roma**. Rio de Janeiro: Companhia das letras. 2012.
- GIORDANI, M. C. **História dos reinos bárbaros**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Vozes, 1968. _____ . **História de Roma**. Rio de Janeiro: Vozes, 1968.
- HEERS, J. **História Medieval**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1981.
- MENDES, N. M. **Roma Republicana**. São Paulo: Ática, 1988.
- NEEDLEMAN, J. **As novas religiões**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1972.
- ROSTOVTZEFF, W. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- SHEDD, R. P. **Bíblia**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1998